

I Encontro Nacional de Psicologia Educacional

HELENA GRILO *

A. Apresentação

Perante a afirmação da Psicologia Educacional no nosso país, que se tem assumido como uma área da Psicologia quer em termos da sua autonomia científica quer em termos do poder da sua intervenção prática, a Associação Portuguesa de Psicologia considerou oportuno provocar o I Encontro Nacional de Psicologia Educacional. Este Encontro, que decorreu nos dias 29, 30 e 31 de Maio de 1989 nas instalações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil em Lisboa, pretendeu proporcionar uma reflexão sobre a intervenção da Psicologia Educacional e promover o intercâmbio de experiências realizadas por psicólogos em estreita ligação com outros profissionais que interferem no sistema educativo, nomeadamente os que integram serviços de Educação, Segurança Social, Saúde.

O Encontro decorreu em sessões plenárias integrando conferências, seminários e mesas-redondas, subordinadas a áreas temáticas diversificadas, indo desde a Educação Precoce à Intervenção Comunitária e percorrendo diversos âmbitos de actuação. A moderar as cerca de nove áreas temáticas convidámos profissionais de reconhecido mérito, natu-

ralmente que uns mais ligados à actividade universitária e outros mais ligados à actividade prática propriamente dita.

As quarenta comunicações proferidas neste encontro, e cujos resumos de algumas delas iremos apresentar seguidamente, contribuíram para o aprofundamento da prática e da investigação que tem sido levada a cabo neste domínio bem como para uma análise dos impactos da acção destes psicólogos junto de Famílias, Instituições Educativas e Comunidade.

Iniciámos os trabalhos deste Encontro com uma conferência do Prof. J. Bairrão Ruivo intitulada «Tendências actuais da Psicologia Educacional» colocando desde logo as questões actuais referentes ao conceito, ao domínio de investigação, aos âmbitos de intervenção. Foi dada uma perspectiva do percurso da psicologia educacional, sobressaindo a diferenciação que foi assumindo relativamente à psicologia escolar, através das várias abordagens desde a Psicologia da aprendizagem e suas evoluções comportamentais e cognitivistas até à abordagem ecológica.

Ainda antes da realização do primeiro seminário apresentaram comunicações a Prof.^a Rita Mendes Leal — «O Currículo, lugar de encontro entre a Sociedade e a Psicologia», o Prof. Bártolo Paiva

* Psicóloga. Direcção de Serviços e Orientação e Intervenção Psicológica, CRSS, Lisboa.

Campos — «Serviços de Psicologia no Sistema Educativo» e o Prof. Frederico Pereira — «Psicologia e Educação, Perspectivas para um Futuro».

A encerrar este Encontro o Secretário de Estado da Reforma Educativa, Prof. Pedro d'Orey, proferiu uma conferência sobre «A educação no Contexto da Reforma Educativa» onde perspectivou o envolvimento dos psicólogos nas estruturas educativas quer em termos das suas atribuições quer em termos da sua inserção institucional.

Os 230 participantes neste encontro, embora maioritariamente constituído por psicólogos, envolveu outros profissionais tais como professores dos vários graus de ensino, assistentes sociais, terapeutas e outros. Estes participantes provieram de todo o país.

A avaliação da dinâmica, participação e conteúdo qualitativo das comunicações e debates faz prever a oportunidade de um II Encontro de Psicologia Educativa.

B. Resumo das comunicações

1. Intervenção e Educação Precoce – Crianças e Famílias

COORDENADORA: DR.ª JÚLIA SERPA PIMENTEL • DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO E INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA, CRSS, LISBOA

■ Modelo Portage para pais: sua implementação em Portugal. Primeiros dados avaliativos

Isabel Chaves de Almeida, Isabel Felgueiras, Júlia Serpa Pimentel, Victor Morgado

Direcção de Serviços de Orientação e Intervenção Psicológica, CRSS, Lisboa

Após uma breve introdução sobre os programas de intervenção precoce, analisa-se o programa Portage para pais, salientando-se os pressupostos base deste modelo.

Expõe-se o papel da Direcção de Serviços de Orientação e Intervenção Psicológica na implementação deste modelo em Portugal desde 1984/95 até ao momento presente.

Considerando-se a avaliação do modelo como parte integrante e indispensável da sua implementação e desenvolvimento, apresenta-se o plano global de avaliação do programa e respectiva metodologia.

Finalmente apresentam-se para discussão os primeiros resultados respeitantes ao impacto do programa Portage nos pais.

vimento dos filhos. Assim, o aconselhamento a pais no âmbito da intervenção precoce deverá desenvolver-se no sentido de favorecer a autonomização dos pais na tarefa educativa. As estratégias a desenvolver centrar-se-ão preferencialmente na família como um todo, com as suas expectativas, as suas crenças, os seus valores e os seus saberes.

Encaramos a família como um sistema e acreditamos que qualquer intervenção deve partir do pressuposto de que todos os seus membros influenciam e são influenciados por uma criança com necessidades especiais de educação. Por outro lado, a intervenção deve ter em conta que os comportamentos educativos dos pais reflectem as suas teorias implícitas sobre educação e desenvolvimento, pelo que o processo de aconselhamento passará pela explicitação, partilha e negociação das expectativas e das crenças dos dois actores da intervenção — pais e profissionais.

Na nossa comunicação tentaremos reflectir e exemplificar alguns aspectos e metodologias que julgamos respeitar os princípios decorrentes do quadro conceptual com que nos identificamos no âmbito da intervenção precoce.

■ Estratégias de aconselhamento na intervenção precoce

Manuela Machado, Fernanda Salvaterra

Direcção de Serviços de Orientação e Intervenção Psicológica, CRSS, Lisboa

A principal tarefa de um profissional ao trabalhar com pais de crianças com necessidades especiais de educação é a de «alimentar» e «fortalecer» as capacidades (*skills*) parentais em ordem a incrementar o desenvol-

■ Intervenção precoce na perspectiva da saúde mental infantil

Margarida Fornelos

Centro de Saúde Mental Infantil – Unidade de Primeira Infância, Lisboa

Nesta comunicação será definido o conceito de intervenção precoce, numa perspectiva de saúde mental infantil, tal como é entendida e praticada na Unidade da Primeira Infância do C.S.M.I.J.L.

Estando esta unidade vocacionada para o diagnóstico e tratamento das perturbações relacionais precoces, a observação da interacção mãe/criança é um momento privilegiado de todo o trabalho da equipa, visando o estabelecimento de uma relação terapêutica com a família.

É a partir da avaliação das modalidades interactivas e com apoio nos aspectos positivos dessa modalidade que se estabelece o projecto de interacção terapêutica. Também a avaliação do desenvolvimento realizada sistematicamente em todos os casos, pelo psicólogo, permite não só uma contribuição importante ao diagnóstico como a avaliação periódica da eficácia das modalidades terapêuticas em curso.

Serão ainda abordadas nesta comunicação as diferentes modalidades de intervenção que vão da psicoterapia

individual, à estimulação e ao apoio ao desenvolvimento, passando pela visita domiciliária, creche terapêutica ou atelier de mães.

A escolha da modalidade de intervenção tem em conta a idade e história anterior da criança, a avaliação da história familiar e o diagnóstico provisório elaborado aquando da síntese das primeiras observações.

A discussão clínica dos casos permite o reajustamento e eventual alteração do tipo de intervenção, que é sempre dirigida à díade, mesmo quando a terapia é realizada separadamente por dois ou mais técnicos.

Apresentam-se exemplos clínicos que ilustram algumas das diferentes modalidades da nossa intervenção.

2. Consulta Psicológica de Jovens em Contexto Escolar

COORDENADOR: PROF. BÁRTOLO PAIVA CAMPOS • FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE DO PORTO

■ Consulta psicológica de jovens em contexto escolar

*Bártolo Campos**, *Isabel Menezes**, *Liliana Moreira***, *Maria Trindade****, *Paula Marianela*****

* Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação, Universidade do Porto; ** Escola Secundária, V. N. Famalicão; *** Escola Secundária da Maia; **** Escola Secundária, Infante D. Henrique.

Esta sessão centra-se no exercício profissional da consulta psicológica para o desenvolvimento de jovens que frequentam a escola secundária ou a universidade. Consulta Psicológica refere-se aqui a toda a intervenção psicológica qualquer que seja a sua modalidade (aconselhamento psicológico, psicoterapia, educação psicológica

ou consultadoria-formação psicológica) ou o grupo de problemas abrangidos conforme as tarefas de desenvolvimento em questão: educacionais, vocacionais, interpessoais e pessoais.

O primeiro autor, além de explicitar esta perspectiva global, debruçar-se-á sobre o recente projecto de estruturação de serviços de Psicologia no sistema educativo, enquanto os outros analisarão e ilustrarão com situações concretas a sua experiência de consulta psicológica de jovens em sectores específicos, seja no contexto universitário (Isabel Menezes), seja no âmbito de escolas secundárias: relativamente a questões vocacionais (Liliana Moreira), Educacionais (Paula Marianela) e pessoais e interpessoais (Maria Trindade).

3. A Psicologia Educacional e o Sucesso nas Aprendizagens

COORDENADORA: DR.^a ISABEL MATTA • INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA, LISBOA

■ Representações infantis sobre contextos educativos e processos de aprendizagem

Lina Morgado, Cristina Nunes

Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa

O processo de aprendizagem não se limita a uma situação nem apenas a um contexto.

A criança aprende e é confrontada com:

– Situações diversificadas, umas mais associadas a jogo, outras a trabalho;

– Contextos diversificados, uns mais formais, outros mais informais.

Como é que a criança percepção as diferenças entre as várias situações e contextos?

A partir de estudos sobre as conceptualizações dos contextos e processos educativos, discutiremos a impor-

tância destas para a relação que as crianças estabelecem com os agentes educativos, com os pares e com as próprias aprendizagens.

■ Desenvolvimento do raciocínio e primeiras aquisições matemáticas

Isabel Matta, Zilda Fidalgo

Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa

Todas as crianças gostam de reunir, separar, contar, agrupar, registar quantidades, etc., mas, frequentemente, encontram dificuldades quando confrontadas com as primeiras situações de aprendizagem formal de matemática.

Pensamos que uma das principais dificuldades das crianças pequenas é a de perceber e utilizar os códigos

específicos, na tradução simbólica da realidade e suas transformações.

O processo de aprendizagem da matemática é determinado por competências e concepções que a criança vai construindo desde cedo e que, pela confrontação com situações de conflito, se vão reformulando sucessivamente.

Nas situações de aprendizagem existem, pelo menos, três dimensões susceptíveis de serem investigadas — o saber e a sua tradução pedagógica/didáctica; — as situações/problemas de aprendizagem; — a criança nos seus aspectos sócio-cognitivos.

Apresentaremos alguns dados de investigação que temos desenvolvido sobre a aquisição das noções matemáticas.

■ **Das concepções sobre a leitura e a escrita às estratégias de leitura e escrita**

António Quintas Mendes

Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa

A partir da obra *princeps* de EMÍLIA FERREIRO e ANA TEBEROSKY temos vindo a desenvolver uma série de trabalhos empíricos e de reflexões teóricas que procuraremos sintetizar.

4. Intervenção no Ensino Básico em Crianças com Necessidades Educativas Específicas

COORDENADORA: DR.^A JÚLIA FORMOSINHO • CIFOP, UNIVERSIDADE DO MINHO

■ **Reflexões sobre o papel do psicólogo educacional**

Ana Isabel da Mota Costa Pinto, Teresa Maria Barreiros Leal

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto

Evolução dos modelos de avaliação/intervenção em Psicologia da Educação: a psicologia escolar em França (Dague e Zazzo e suas relações com a psicometria e a Psicologia do Desenvolvimento; o psicólogo educacional no Reino Unido (Lindsay, Wedell, Gilham, Peter Evans) — alargamento do foco de intervenção da criança para os contextos educativos que frequenta, suas necessidades e recursos.

Principais funções do psicólogo educacional e suas relações com a legislação vigente no Reino Unido — sua adaptação à prática do psicólogo do nosso país; referência à Lei de Bases do Sistema Educativo Português.

Estratégias de avaliação/intervenção como resultado da integração de várias abordagens — Análise Aplicada

Será especialmente focado o período de transição entre o fim do período pré-escolar e o fim do primeiro ano de escolaridade. Assim, será analisado o processo de passagem das noções sobre a leitura e a escrita às estratégias e processos de leitura e escrita.

■ **O acto de ler e de escrever com actividades da interacção verbal**

IRANDÉ COSTA ANTUNES

Universidade Federal de Pernambuco, Recife-Pe., Brasil

Nossa pretensão neste trabalho consiste em desenvolver o princípio da leitura e da escrita como partes integrantes e dependentes entre si, uma vez que estas habilidades existem em função da mesma interacção verbal conseguida pela produção e recepção da fala. Falar e ouvir, escrever e ler correspondem-se enquanto uma e outra modalidade prevêm a bipolaridade do emissor e do receptor empenhados na relação inter-subjectiva da interacção social.

Tal princípio nos leva a conceber a leitura e a escrita como partes integradas e solidárias da comunicação verbal gráfica. E pode ainda nos levar a uma aprendizagem e prática da leitura fiéis aos princípios globais que estiveram na origem da criação da escrita: o intercâmbio entre as pessoas.

do Comportamento; Psicologia do Desenvolvimento; Psicologia Social; abordagem sistémica e ecológica.

A investigação-ação enquanto forma privilegiada de pesquisa do psicólogo educacional.

■ **Expectativas dos professores e actuação dos psicólogos**

Maria Helena Grilo

Direcção de Serviços de Orientação e Intervenção Psicológica, CRSS, Lisboa

A influência que o modelo médico exerceu na actuação dos psicólogos escolares foi de tal modo forte que ainda hoje as expectativas dos professores, face aos psicólogos educacionais, se relacionam com esse modelo. Solicita-se o psicólogo para uma intervenção exclusivamente junto das crianças, com incidência no diagnóstico e se possível no encaminhamento para estruturas de educação especial. Contudo, os professores são os primeiros profissionais a detectar a ineficácia desta abordagem, pois

continuam a confrontar-se com dificuldades em responder adequadamente às necessidades educativas dos seus alunos.

Em outros países, onde existe já uma prática de intervenção do psicólogo educacional no sistema educativo, têm sido feitos estudos sobre a eficácia da acção dos Serviços de Psicologia nas escolas, revelando um desajuste entre as expectativas dos psicólogos e as expectativas de outros grupos profissionais face à intervenção daqueles. Este desajuste interfere no relacionamento dos profissionais e nos respectivos âmbitos de actuação.

Nesta comunicação vão apresentar-se os resultados de um estudo feito junto de oitenta professores do ensino básico sobre as acções que consideravam necessárias e que esperavam que os psicólogos fizessem. Essas actividades foram ordenadas por categorias que envolvem o trabalho com as crianças, com as famílias e com os professores e escola na sua globalidade.

5. Desenvolvimento Cognitivo e Aprendizagem Escolar

COORDENADOR: PROF. LEANDRO DE ALMEIDA • UNIDADE DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE DO MINHO

■ Conceito de inteligência, desenvolvimento cognitivo e sucesso escolar

Leandro S. Almeida

Unidade de Ciências de Educação, Universidade do Minho

Partindo das novas conceptualizações da inteligência decorrentes da «teoria do processamento da informação» procura-se, a título de introdução deste simpósio, exemplificar um tipo de relacionamento entre desenvolvimento cognitivo e sucesso escolar susceptível de favorecer a mútua promoção. Em ambos os casos o ensino-aprendizagem concebido enquanto processo de «resolução de problemas» parece constituir-se como a melhor estratégia a tal objectivo.

■ A activação cognitiva de crianças com ritmos de desenvolvimento lentos – Uma abordagem operatória

Helena Maria d'Orey Marchand

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa

A presente investigação teve como objectivos: a) a activação do desenvolvimento cognitivo de crianças provenientes de meios sócio-culturais desfavorecidos; b) o estudo micro-longitudinal dos procedimentos dos sujeitos em situação de resolução de problemas. Oito crianças de 8-12 anos, todas do nível pré-operatório, efectuaram três sessões de aprendizagem da noção de conservação do comprimento. Os resultados obtidos mostram evoluções

■ Intervenção do psicólogo no ensino básico – Relato de uma experiência

João Pedro de Oliveira Ferreira Fróis

Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo/PIPSE, Ministério da Educação

Na presente comunicação o autor, Psicólogo, com funções na Equipa de Animação Concelhia de Montemor-o-Novo do Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE), relata a sua experiência como elemento da Equipa de Saúde Escolar e da Equipa Multiprofissional do mesmo Concelho (1984-1988).

São salientados aspectos relativos ao funcionamento da Equipa Multiprofissional na Prevenção do Insucesso Escolar e na Promoção do Sucesso Educativo.

O papel do Psicólogo no Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo num Concelho da IIIª fase. Avaliação provisória das actividades desenvolvidas.

importantes e estáveis nos pós-testes 1 e 2. A análise micro-longitudinal permitiu diagnosticar alguns obstáculos na resolução dos problemas propostos e evidenciou estratégias hierarquizáveis na resolução desses obstáculos.

■ Sucesso escolar: reflexões a partir do treino sistemático de competências cognitivas

Maria de Fátima Morais

Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação, Universidade do Porto

A partir de uma breve caracterização de um programa de desenvolvimento cognitivo para alunos do Ensino Secundário, desencadeia-se uma análise reflexiva sobre variáveis que o percorrem e que poderão ser relacionáveis com a realização escolar. Estas variáveis situar-se-ão em dois pólos — numa aproximação do programa a uma contextualização positiva da situação da aprendizagem e numa descontextualização do negativo dessa mesma situação. Colocam-se, finalmente, algumas questões sobre a discussão da repercutibilidade dessas mesmas variáveis a nível do conceito do sucesso escolar.

■ Percepções pessoais da realização escolar em professores e alunos

António M. Barros

Unidade de Ciências de Educação, Universidade do Minho

Um primeiro momento da investigação psicológica realizada em contexto escolar centrava-se no estudo da in-

fluência exercida pelas capacidades intelectuais na realização escolar. A partir da década de 60, a atenção voltou-se para um conjunto de variáveis individuais, analisadas como moderadoras dos níveis de realização escolar. Dentre elas podemos salientar as expectativas de controlo pessoal, as atribuições de causalidade, as percepções de desânimo aprendido e de auto-eficácia, aqui agrupadas em torno da designação de «cognições pessoais» da realização escolar.

A teoria da atribuição causal de Weiner (que integrou a concepção de locus de controlo de Rotter) afirma que as percepções causais do sucesso e do insucesso são da maior importância para a compreensão do comportamento. O modelo do desânimo aprendido de Seligman — expecta-

tiva de independência entre o comportamento e o resultado — fornece uma explicação para as consequências debilitantes no desempenho escolar, resultantes da aprendizagem da incontrolabilidade dos acontecimentos. A teoria da auto-eficácia de Bandura refere-se aos juízos pessoais acerca da capacidade pessoal para organizar e desenvolver comportamentos que permitam atingir determinados níveis de realização.

Ao considerarmos estas quatro linhas de investigação, que em grande parte têm evoluído em paralelo, pretende-se contribuir para a formulação de um modelo teórico global capaz de integrar, realçando algumas implicações para o processo de ensino-aprendizagem.

6. O Psicólogo Educacional, a Formação de Agentes Educativos e as Escolas Superiores de Educação

COORDENADORA: DR.^ª ANA MARIA BETTENCOURT • ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, SETÚBAL

■ O psicólogo e a formação contínua de professores

Jorge Pinto

Escola Superior de Educação, Setúbal

Uma das funções das Escolas Superiores de Educação é a formação contínua de professores: Qual será o papel do psicólogo nesta tarefa? Poder-se-á falar num papel «único» e «específico»?

É difícil sustentar o carácter «único» da intervenção do psicólogo, até porque frequentemente ele é «um» ele-

mento de uma equipa mais vasta, que inclui outros técnicos.

Quanto à especificidade ela varia com as situações em jogo. De qualquer modo pensamos que pode ter uma palavra importante e mais ou menos específica a vários níveis citando apenas três: ao nível da discussão e montagem dos próprios dispositivos de formação; ao nível dos contributos para uma «inteligibilidade» e «gestão» do «acto educativo»; ajudando a perspectivar de uma outra forma «Educação» e «Desenvolvimento»; ao nível da transformação do «tempo lectivo» em «tempo pedagógico».

7. A Criança em Idade Pré-Escolar

COORDENADORA: PROF.^ª ISOLINA PINTO BORGES • FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE DO PORTO

■ Contextos de socialização disponíveis para crianças de 4 anos – Um estudo a nível nacional

Isabel Abreu Lima, Maria Barbosa, Orlanda Cruz

Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação, Universidade do Porto

Os autores salientam alguns aspectos da educação infantil na sociedade portuguesa com o objectivo de clarificar o contexto social em que surge o Projecto Pré-primário, os seus objectivos e a sua pertinência em termos práticos.

Procede-se de seguida à apresentação do quadro conceptual em que se insere e aos objectivos gerais. São discriminadas e caracterizadas cada uma das três partes constituintes, sendo a fase I — sondagem nacional dos contextos de socialização existentes para crianças de 4 anos de idade — objecto de mais pormenor na medida

em que está actualmente em conclusão. Serão apresentados alguns resultados preliminares sendo salientada a relevância para o nosso país dos produtos a obter ao longo do Projecto.

■ Educação infantil: objectivos e práticas

Maria Eugénia Oliveira

Misericórdia, Cascais

Este trabalho é centrado no estudo da intervenção de duas educadoras de infância junto de dois grupos de crianças, e nas actividades destas.

Partiu-se dos seguintes pressupostos:

– As educadoras com os seus estilos pessoais de intervenção exercem uma influência que se reflecte e é verificável no comportamento das crianças.

– Se há estilos de intervenção pedagógica diferentes, há também diferentes definições de objectivos para a educação infantil.

Neste trabalho estudou-se os objectivos pedagógicos definidos pelas educadoras, as suas práticas em duas situações pedagógicas diferentes e o comportamento das crianças perante as actividades pré-escolares.

Os resultados permitem concluir o seguinte:

– Os dois grupos de crianças apresentam diferenças entre si, na distribuição pelas actividades;

– Há coerência entre os objectivos definidos pelas educadoras e a sua prática diária;

– Há consistência nas interacções das educadoras ao longo das sessões de observação;

– Foi possível avaliar as suas características particulares na intervenção pedagógica;

– Foi possível reflectir sobre a importância deste tipo de estudo a nível das práticas pedagógicas das educadoras na linha de investigações actuais sobre formação profissional, que se inscrevem em quadros teóricos de carácter construtivista.

8. Intervenção em Estabelecimentos e Instituições de Educação Especial

COORDENADORA: DR.^a TERESA GASPAR • SECRETARIA DE ESTADO DA REFORMA EDUCATIVA, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

■ A evolução dos modelos de intervenção em educação especial

Maria Teresa Gaspar

Secretária de Estado da Reforma Educativa, Ministério da Educação

Para situar os diferentes modelos de intervenção em educação especial convirá recuar no tempo e de forma breve descrever os momentos mais significativos do desenvolvimento do sistema, quer do ponto de vista das concepções que influenciaram outras atitudes face à criança com deficiência, quer da própria organização do atendimento.

No quadro da Lei de Bases do Sistema Educativo procura-se caracterizar o período de transição que a educação especial atravessa e perspetivar a intervenção do psicólogo como agente de mudança.

■ A participação do psicólogo educacional em programas de educação especial integrada

José Morgado

Direcção Regional de Educação de Lisboa, Coordenação de Educação Especial, Ministério da Educação

A nossa intervenção privilegiará três aspectos:

1. O contexto da intervenção. Caracterização breve da qual relevam a multiplicidade de problemas e registos em que ocorrem.

2. Âmbito de intervenção. Identificação sumária do espectro de funções passíveis de serem assumidas pelo Psicólogo Educacional. Assim, referiremos: a) avaliação psico-educacional; b) participação na implementação de Programas Educativos Individuais; c) aconselhamento educacional; d) acompanhamento psicológico; e) participação na dinâmica funcional da Eq. Ed. Esp.; f) mediação/articulação com outros serviços; g) investigação.

3. Por último abordamos o trabalho que um grupo de colegas tem vindo a desenvolver nas Eq. Ed. Esp. a

intervir na cidade de Lisboa. Se bem que o tempo de duração seja insuficiente para a ele nos referirmos em termos conclusivos poderá desde já considerar-se como globalmente positivo. No entanto algumas questões/dificuldades estão a ser objecto da nossa reflexão, das quais destacamos: a) estatuto do Psicólogo Educacional na Eq. Ed. Esp.; b) aspectos logístico/operacionais; c) multiplicidade e complexidade de variáveis envolvidas; d) expectativas sobrevalorizadas face à intervenção do Psicólogo Educacional; e, ainda, e) alguns aspectos de ordem estrutural.

■ O papel da DSOIP na avaliação e orientação da criança candidata ao Subsídio de Educação Especial – 1983/84 a 1989/90

Júlia Serpa Pimentel

Direcção de Serviços de Orientação e Intervenção Psicológica, CRSS, Lisboa

A tomada de decisão para encaminhamento de crianças para o ensino especial deve ser feita de forma faseada e hierarquizada dentro de um contexto pluridisciplinar e com um pendor fortemente educacional.

A DSOIP veio a ter um papel decisivo na avaliação e orientação destas crianças devido à existência, no âmbito da Segurança Social, de uma prestação familiar — o Subsídio de Educação Especial (SEE).

Este serviço introduziu uma mudança fundamental na avaliação, orientação e intervenção junto de crianças e jovens deficientes e pôs em prática uma nova metodologia no próprio processo de candidatura ao SEE.

Neste trabalho procura-se salientar os aspectos mais significativos de mudança que se tem vindo a operar desde o ano lectivo 83/84, dando especial ênfase à estreita articulação com o Ministério da Educação.

Numa política concertada tendente à integração sócio-educativa do deficiente foram definidos conjuntamente circuitos e critérios de avaliação que entraram

em vigor em 1988/89 e se consolidarão no próximo ano lectivo.

■ O psicólogo educacional na escola especial: prioridades de trabalho actuais

Maria da Luz Correia

Externato de Educação Especial «As Descobertas», Lisboa

— As funções e a metodologia de trabalho do P.E. (Psicólogo Educ.) são fortemente condicionadas pela formação e experiência profissional, pelo grau de desenvolvimento da instituição e da Psicologia Educacional.

— A representação social do P.E., e a representação que os outros técnicos dele fazem, determinam largamente as «encomendas» que recebe.

— A afirmação da especificidade da Psicologia Educacional tem vindo a manifestar-se no enfoque, cada vez maior, na avaliação das necessidades educativas para intervenção (em detrimento dos relatórios de avaliação do QI), no estudo do estilo cognitivo do aluno e adequação do método de ensino, no conhecimento do ritmo de aprendizagem (em vez dos resultados escolares).

— Eis algumas áreas de competência do P.E. que parecem justificar particular destaque, actualmente, nas nossas escolas de E.E.:

- organização curricular, modificação de programas globais e individuais, (re)integração escolar e social das crianças e jovens com necessidades educativas especiais

— Os obstáculos à rentabilização do contributo do P.E. (são, muitas vezes, atitudes, ideias distorcidas, gestão inadequada dos recursos humanos, receio de concorrência a nível do poder) devem ser desfeitos pela afirmação da qualidade do seu trabalho, e pela demonstração prática da «fronteira» entre as suas responsabilidades e as dos outros intervenientes na educação.

■ Centro Integrado de Recursos. Acções em concertação/Projectos em construção

Arménio Sequeira

Instituto Adolfo Coelho; Instituto Superior de Psicologia Aplicada

Os anos sessenta vêm surgir em muitos países industrializados — Inglaterra, Suécia, França, Estados Unidos, Áustria, etc. — projectos em que a construção escolar se encontra associada a outros equipamentos.

Os projectos visando a integração de respostas sócio-educativas são relativamente novos entre nós.

Contudo, importa passar, com o necessário enquadramento, da fase da experiência para a da implementação.

A partir dos anos oitenta, o CIR, procurando responder às necessidades sócio-educativas das crianças com *handicap*, iniciam uma rápida abertura à comunidade no sentido de outras experiências:

- participar na dinâmica organizacional dos recursos da comunidade onde estão inseridas;

- otimizar os contactos das crianças, conhecendo com elas o mundo real;

- favorecer os momentos das respostas específicas.

■ Intercomunicação ensino regular/escolas de educação especial

Augusto José Neves de Sousa Paiva dos Santos

Cooperativa de Educação «Rumo»

Quinze anos após o grande surto de criação de cooperativas e associações para o atendimento a crianças e jovens com problemas, qual é o balanço possível do quadro de respostas existentes e sobretudo quais as perspectivas futuras do campo da educação especial.

No âmbito da educação continua a ser fortemente expressivo o atendimento realizado por aquelas instituições, sendo cada vez mais clara a vocação destas instituições para intervirem em todo o processo de prevenção/tratamento/educação/reabilitação/formação profissional/integração sócio-profissional, ou seja, em todo o processo de integração sócio-económica da pessoa com deficiência, extravasando assim aquele âmbito (se o considerarmos em sentido estrito).

Foram criadas entretanto as Equipas de ensino integrado, criados e desactivados os SADA — Unidades de orientação educativa, criado o programa de promoção do sucesso escolar.

Qualquer destas estruturas/serviços, através dos técnicos que aí intervêm e dos seus responsáveis, apontam o ensino integrado como a perspectiva mais adequada ao desenvolvimento/aprendizagem das crianças e jovens com problemas.

Contudo, a realidade mostra que existe uma prática reducionista do conceito *ensino integrado*, na medida em que usualmente só é considerado na perspectiva do destinatário e pouco na perspectiva de todos os intervenientes no processo educativo.

Não existe intercomunicação séria ensino regular/escolas de educação especial, o que só resulta em desperdício.

Ensino integrado é comunicação, interdisciplinaridade, crescimento partilhado.

Um modelo de ensino integrado, sem reducionismos, será facilitador de todo o processo educativo.

9. Da Intervenção Sócio-Educativa à Intervenção Comunitária

COORDENADOR: PROF. JOAQUIM BAIRRÃO RUIVO

• DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE ORIENTAÇÃO E INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA, CRSS, LISBOA • FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO, U. P.

■ Ensaio de modalidades de atendimento para crianças e famílias no âmbito da intervenção comunitária

Maria José Afonso

Direcção de Serviços de Orientação e Intervenção Psicológica, CRSS, Lisboa

Na nossa comunicação vamos apresentar alguns dos aspectos caracterizadores das três modalidades de intervenção por nós ensaiadas ao longo de quatro anos num projecto de intervenção comunitária — o «Projecto Amadora» assim denominado e caracterizado pela sua vertente sócio-educativa e pelas estratégias de intervenção centradas na criança, na família e na comunidade.

Através do trabalho com as famílias e as crianças e do desenvolvimento das estruturas comunitárias tínhamos como objectivo experimentar práticas inovadoras na área da Acção Social.

No caso da nossa Equipa a intervenção desenvolveu-se num bairro de lata do concelho da Amadora. Debruçar-nos-emos sobre a parte do trabalho que decorreu da nossa responsabilidade directa enquanto Psicóloga da Equipa.

Assim no período correspondente ao ensaio das seguintes modalidades:

- Apoio domiciliário a famílias com crianças dos 0-3 anos com desenvolvimento deficitário;
- Reuniões de mães;
- Atelier de estimulação.

Apontaremos as situações que em nosso entender mais contribuíram no nosso processo de mudança e auto-formação e no processo de mudança da população.

■ Intenções e realidades: uma experiência de intervenção sócio-educativa em contexto comunitário

Teresa Nunes Marques

Direcção de Serviços de Orientação e Intervenção Psicológica, CRSS, Lisboa

Este trabalho pretende mostrar de forma sintetizada a intervenção de uma equipa pluridisciplinar (2 técnicos de Serviço Social, 1 psicólogo, 1 professor e 1 educador), numa zona específica — o Bairro Gulbenkian, em Odiver-

las — uma das quatro áreas do Projecto Amadora — CRSS-Lx. e Fundação van Leer. É um projecto global de intervenção sócio-educativa integrando actividades dos vários serviços das comunidades: Educação, Saúde, Segurança Social e Autarquia. Tem como objectivo diversificar as respostas técnicas a dar em função das necessidades das crianças — 0-7 anos — expostas a riscos e estimular a responsabilização e participação da família e comunidade na prevenção e resolução de problemas sócio-educativos.

O objectivo da nossa intervenção consistia na implicação dos pais no processo educativo dos filhos. No entanto, face às realidades — bairro de construção económica e mães empregadas, na sua maioria pouco disponíveis para um trabalho mais directo com os seus filhos — a equipa efectuou, numa primeira fase, uma abordagem junto dos recursos locais, envolvendo-os assim em respostas directas e articuladas com as famílias do Projecto.

Presentemente existem já actividades onde os pais assumem claramente atitudes educativas face aos seus filhos e que serão alvo de trabalhos futuros.

■ Ecologia social do desenvolvimento infantil num bairro degradado de Lisboa

Nuno Rocha, Paula Castro

Grupo de Ecologia Social, LNEC

A Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a desenvolver um programa de realojamento visando as populações que vivem nas áreas degradadas da cidade. De forma a compreender os padrões de vida das comunidades locais e minimizar os efeitos negativos dos processos de realojamento, o Grupo de Ecologia Social do Laboratório Nacional de Engenharia Civil iniciou em 1985 um programa de investigação/acção visando as características sócio-psicológicas e ambientais destas comunidades.

No âmbito deste programa, o Grupo de Ecologia Social do LNEC, tem vindo a desenvolver uma linha de investigação que se dedica aos contextos do Desenvolvimento Psicológico das Crianças da Musgueira Sul, englobando o estudo dos comportamentos sociais e escolares das crianças do bairro e a dinâmica das suas famílias.

No presente trabalho apresentam-se as linhas gerais do estudo realizado e alguns dos resultados obtidos acerca dos contextos e condicionalismos da resposta escolar (ensino primário) das crianças da Musgueira Sul.